

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Até o fim de ano, setor imobiliário prevê avanço de até 10% no lançamentos

Veículo: UOL

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/11/29/de-olho-no-fim-de-ano-setor-imobiliario-preve-avanco-de-ate-10-nos-lancamentos.htm>

Até o fim de ano, setor imobiliário prevê avanço de até 10% nos lançamentos

ESTADÃO conteúdo

Douglas Gavras

São Paulo

29/11/2018 08h07

Com o fim das eleições e a redução das incertezas, o mercado de imóveis residenciais deve entrar em um novo ciclo a partir do ano que vem. Em São Paulo, o número de novas unidades, até outubro, já havia superado o ano passado, e os lançamentos devem encerrar 2018 com alta de 5% a 10%, segundo analistas.

"Há sinais de um fim de ciclo para o setor, e o crescimento mais expressivo do país no ano que vem, acompanhado de uma maior organização das contas públicas, deve favorecer a compra de imóveis", avalia o executivo Carlos Terepins, da incorporadora Nortis, de São Paulo. "Algumas regiões, como a fronteira agrícola e São Paulo, devem se recuperar mais rápido."

Leia também:

- [Caixa passa a financiar até 80% de imóvel usado para servidor público](#)
- [Andar alto, localização e condomínio barato valorizam o imóvel?](#)
- [5 perguntas para responder antes de comprar a casa própria](#)

Nos dez primeiros meses do ano, foram lançadas 18.011 unidades em São Paulo. Apesar de ser um ano eleitoral, em que as vendas costumam ser mais fracas, o número foi 21% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando foram lançados 14.856, segundo a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp).

A venda de imóveis também teve uma recuperação. Os dados mais recentes, que vão até setembro, apontam que nos nove primeiros meses do ano foram vendidas 18.067 unidades, alta de 41% em comparação ao mesmo período de 2017, quando as vendas totalizaram 12.810 unidades, segundo o Secovi-SP.

Para Luciano Amaral, da Benx Incorporadora, que tem foco em empreendimentos de valor mais baixo, o cenário é mesmo de otimismo, porque as incertezas diminuíram. A empresa projeta encerrar o ano com R\$ 400 milhões em Valor Global de Vendas (VGV) e cinco novos empreendimentos, um a mais do que no passado.

"Como o represamento nas vendas e nos lançamentos foi grande, o ano que vem e o próximo devem ser de expansão", diz. "Caso nada de grave aconteça na economia e se o novo governo der respostas aos problemas fiscais do país, com reformas, o mercado tende a deixar os anos de crise para trás."

O presidente do conselho de administração da Cyrela, Elie Horn, é ainda mais otimista. Em **entrevista publicada nesta quarta-feira (28)** pelo jornal O Estado de São Paulo, ele disse que espera um "boom" para o setor. As vendas acumuladas da companhia, de outubro a novembro, são de cerca de R\$ 800 milhões.

Na Gafisa, nos nove primeiros meses de 2018, os lançamentos somaram R\$ 609,7 milhões, um volume 31,5% superior ao que foi lançado no mesmo período do ano passado.



Fim de ano

Novembro e dezembro de 2018 devem concentrar mais da metade dos lançamentos do ano, fazendo com que 2018 supere o ano passado. "As incorporadoras deixam os lançamentos para o fim do ano, quando o consumidor tem mais dinheiro no bolso. Além disso, este ano ainda tem essa particularidade de representar um fim de ciclo na política", diz Reinaldo Fincatti, da Embraesp.

Para Flavio Amary, do Secovi-SP, que representa as empresas do setor, o mercado está pronto para lançar mais, após ter se concentrado nos últimos anos em zerar o estoque e evitar novos distratos (como é chamada a desistência da compra).

As incorporadoras esperam que a regulamentação dos distratos saia até o fim do ano, o que também deve ajudar a aumentar a segurança para lançar mais. Na última semana, o texto foi aprovado pelo Senado, e o projeto voltou para discussão na Câmara dos Deputados.

Amary também avalia que, a partir do ano que vem, o aumento da procura por novos imóveis pode pressionar os preços para cima. "Vai acontecer um novo movimento de valorização imobiliária. A expectativa é que a confiança do consumidor suba e a alta do preço dos imóveis volte a superar a inflação." As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Índice que reajusta o aluguel registra queda de 0,49% em novembro após 15 meses de alta

Veículo: G1

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/29/indice-que-reajusta-o-aluguel-registra-queda-de-049-em-novembro-apos-15-meses-de-alta.ghtml>

Índice que reajusta o aluguel registra queda de 0,49% em novembro após 15 meses de alta

No acumulado no ano, entretanto, IGP-M ainda acumula alta de 8,71%. Combustíveis contribuíram com a queda.

Por G1

29/11/2018 08h21 - Atualizado há 6 horas



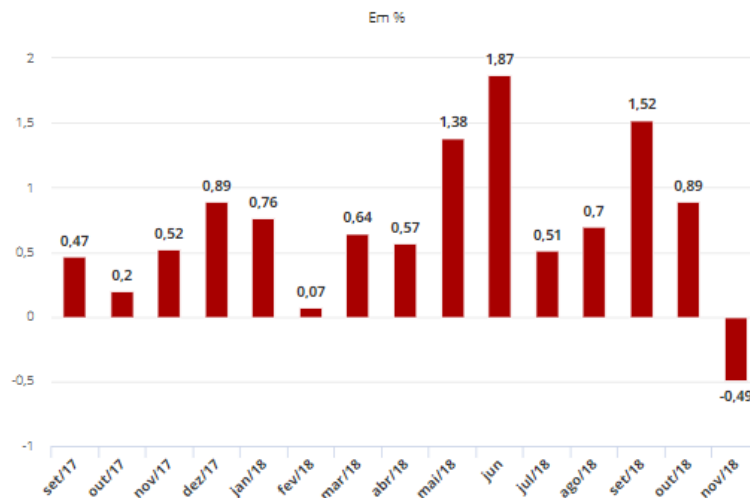
Combustíveis puxaram a queda do IGP-M, segundo a FGV — Foto: Alan Chaves/G1

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) registrou queda de 0,49% em novembro, após 15 meses seguidos de alta, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quinta-feira (29).

Apesar da deflação em novembro, o índice ainda acumular alta de 8,71% no ano e de 9,68% em 12 meses, bem acima da inflação oficial.

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

Variação mensal do IGP-M



Fonte: FGV

Em outubro, o índice havia registrado alta de 0,89%, e acumulava alta de 9,25%, e de 10,79% em 12 meses. Já em novembro de 2017, o índice havia subido 0,52% e acumulava queda de 0,86% em 12 meses.

Em 2018, o IGP-M tem subido bem acima da inflação oficial do país, medida pelo IPCA. Mas com o mercado imobiliário ainda desaquecido e os preços dos imóveis ainda em queda, especialistas apontam que há espaço para negociação com os proprietários.

O IGP-M sofre uma influência considerável das oscilações do dólar, além das cotações internacionais de produtos primários, como as commodities e metais.

Atacado e varejo

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede os preços no atacado e que responde a 60% no cálculo do IGP-M, passou de 1,11% em outubro para -0,81% em novembro.

A principal contribuição partiu do grupo bens finais, que variou -0,84%, contra 1,15% em outubro, com destaque para o subgrupo combustíveis para o consumo, cuja taxa de variação passou de 2,08% para -12,43%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), relativo aos preços no varejo, que responde a 30% do cálculo, passou de 0,51% em outubro para 0,09% em novembro.

Todas as classes de despesa do índice registraram recuo, com destaque para o grupo Transportes (1,06% para -0,10%), puxado pela gasolina, cuja taxa passou 3,49% para -1,10%.

Também apresentaram recuo em suas taxas de variação os grupos:

- Habitação (0,04% para -0,65%)
- Educação, Leitura e Recreação (0,63% para 0,37%)
- Vestuário (0,57% para 0,27%)
- Saúde e Cuidados Pessoais (0,48% para 0,36%)
- Comunicação (0,17% para 0,14%)
- Alimentação (0,70% para 0,68%)
- Despesas Diversas (0,07% para 0,05%)

As principais influências observadas para a desaceleração dos preços partiram dos seguintes itens:

- tarifa de eletricidade residencial (-0,48% para -4,18%)
- salas de espetáculo (1,66% para 0,41%)
- roupas (0,79% para 0,44%)
- artigos de higiene e cuidado pessoal (0,86% para 0,29%)
- mensalidade para TV por assinatura (0,52% para 0,00%)
- laticínios (-0,82% para -2,84%)
- alimentos para animais domésticos (0,45% para -0,24%)

Construção

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que também é usado para calcular o IGP-M, mas com peso menor do que os outros subíndices, passou de 0,33% para 0,26%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Demanda crescerá já no início do próximo ano

Veículo: DCI

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Serviços

Página: Online

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/demanda-crescera-ja-no-inicio-do-proximo-ano-1.761763>

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



Demanda crescerá já no início do próximo ano

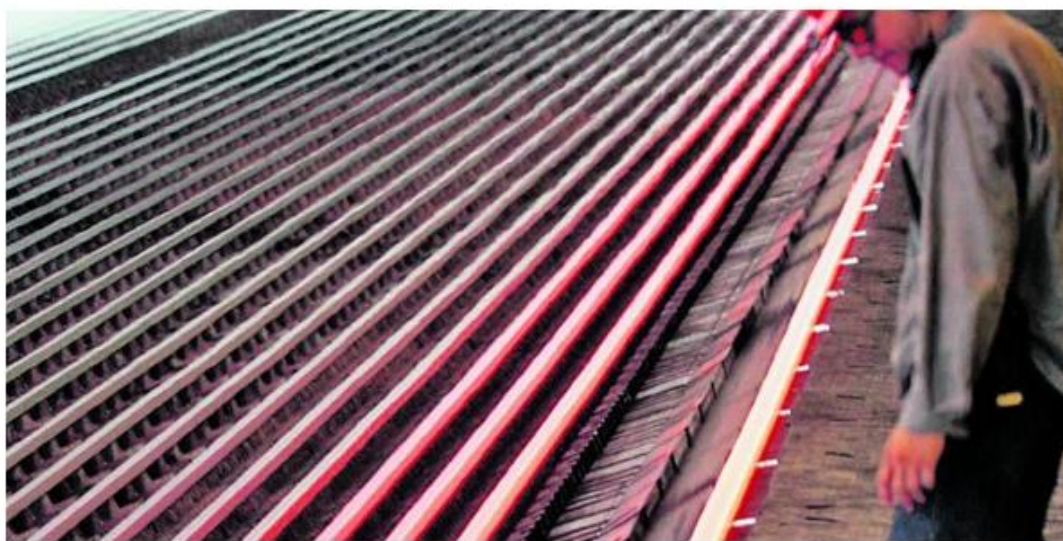


FOTO: ESTADÃO CONTEÚDO

DCI •

Publicado em 29/11/18 às 05:00

O setor de materiais de construção prevê uma retomada mais consistente em 2019, com crescimento até 2 pontos percentuais acima do PIB. Segundo gigantes da indústria, construção civil terá destaque já no começo do ano. PÁGINA 4

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Desemprego tem 7ª queda seguida, mas ainda atinge 12,4 milhões de pessoas, diz IBGE

Veículo: G1

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/29/desemprego-recua-para-117-em-outubro-mas-ainda-atinge-124-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.ghtml>

Desemprego tem 7ª queda seguida, mas ainda atinge 12,4 milhões de pessoas, diz IBGE

Taxa de desemprego caiu para 11,7% no trimestre encerrado em outubro, puxada pelo aumento do trabalho sem carteira e por conta própria, que bateram recorde.

Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1
29/11/2018 09h00 - Atualizado há uma hora



Informalidade segue reduzindo o desemprego no país, aponta IBGE

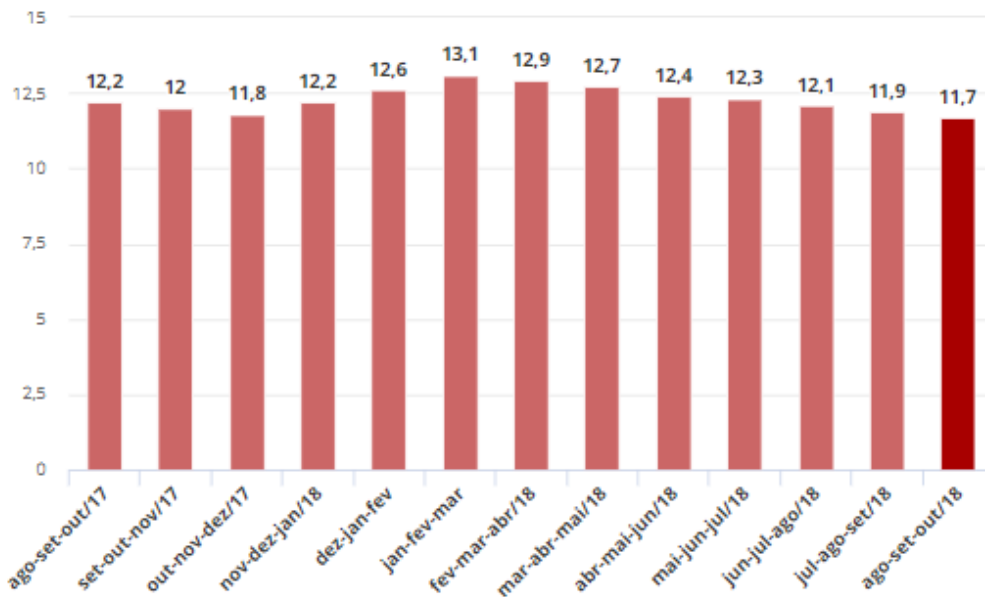
A taxa de desemprego no Brasil caiu para 11,7% no trimestre encerrado em outubro, mas ainda atinge 12,4 milhões de brasileiros, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi a sétima queda mensal seguida do desemprego no país e da taxa mais baixa desde o trimestre terminado em julho de 2016, quando foi de 11,6%. A queda foi puxada mais uma vez pelo aumento do número de trabalhadores sem carteira e por conta própria, que bateram recorde.

Em termos de contingente, o número de desempregos é o menor desde dezembro do ano passado, quando o país reunia 12,3 milhões de desocupados. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o número de pessoas que procuram trabalho e não encontram caiu 3,1% (menos 389 mil pessoas).

Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre móvel, em %



Fonte: IBGE

“Essa notícia [queda na taxa de desocupação] seria bastante favorável não fossem os motivos que levaram essa taxa a cair e o tipo de ocupação que teve aumento. Emprego sem carteira e trabalho por conta própria, este sem CNPJ, o que demonstra a informalidade e a precarização do mercado de trabalho”, avaliou Cimar Azeredo, gerente da pesquisa do IBGE.

A população ocupada e com rendimentos no país aumentou 1,4%, reunindo 92,9 milhões de brasileiros. Em 1 ano, cresceu 1,5%, o que representa 1,4 milhão de pessoas a mais.



Na comparação com o trimestre terminado em julho, aumentou em 1,2 milhão o número de ocupados. Destes, uma boa parte trabalhou em atividades ligadas às eleições. “Cerca de 240 mil pessoas estavam no grupamento de outros serviços, que engloba basicamente as pessoas que estão em serviços de embelezamento e, também, aqueles que estiveram envolvidos em campanha política. Já outros 214 mil ingressaram no grupamento de informática, comunicação e atividades financeiras, e são aquelas pessoas que trabalharam com as pesquisas de opinião do período eleitoral”, explicou o pesquisador.

Trabalho informal é o que mais cresce e bate recorde

Apesar do mercado de trabalho seguir em trajetória de recuperação, os dados do IBGE mostram que a queda do desemprego continua sendo puxada pelo aumento do trabalho informal e por conta própria.

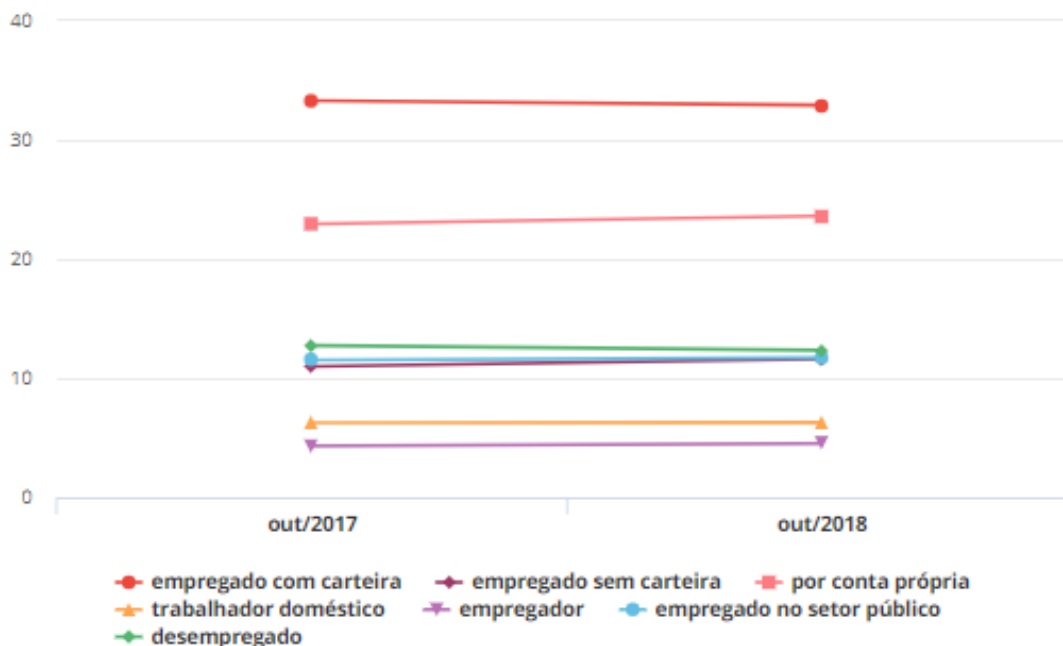
O número de empregados sem carteira assinada subiu 4,8% na comparação com o trimestre anterior, reunindo 11,6 milhões – o maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em 1 ano, o avanço é 5,9%, um adicional de 649 mil pessoas.

Já a categoria dos trabalhadores por conta própria também bateu recorde, reunindo 23,6 milhões de pessoas. A categoria cresceu 2,2% na comparação com o trimestre anterior (mais 497 mil pessoas) e 2,9% em relação ao mesmo trimestre de 2017 (mais 655 mil pessoas).



Evolução da ocupação no Brasil

Por categoria, em milhões de brasileiros



Fonte: IBGE

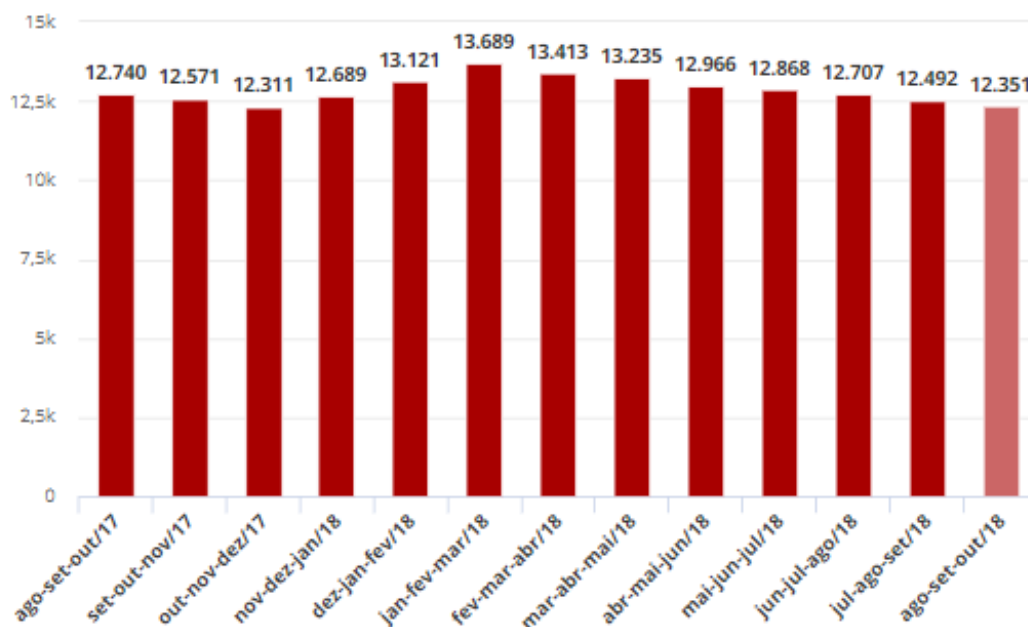
O número de trabalhadores com carteira assinada ficou estável em ambas as comparações, segundo o IBGE, somando 32,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro.

Na semana passada, o Ministério do Trabalho informou que o **Brasil gerou em outubro 57,7 mil empregos com carteira assinada**, número abaixo ao registrado em outubro do ano passado (76.599). Na parcial do ano, foram gerados mais de 790 mil vagas formais no país.

A categoria dos empregadores cresceu 2,5% na comparação com o trimestre anterior e também atingiu número recorde de brasileiros (4,5 milhões de pessoas). Em 1 ano, registrou alta de 4,8%, representando um adicional estimado de 205 mil pessoas.

Evolução do número de desempregados

Em número de desocupados no trimestre móvel



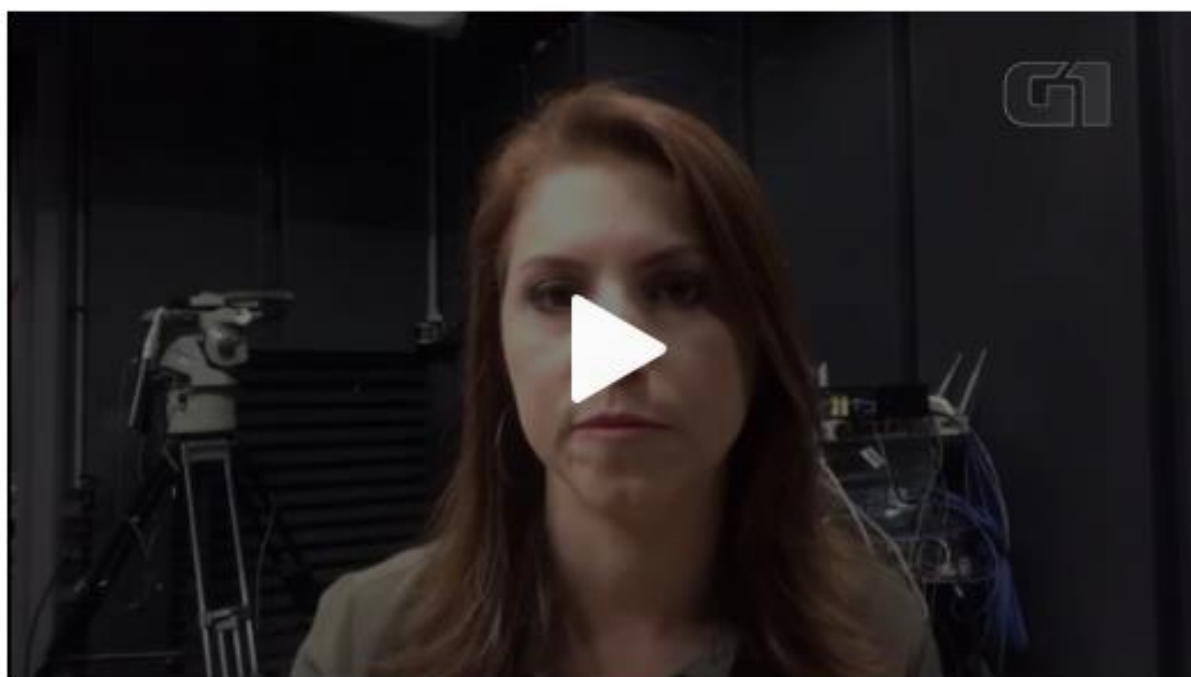
Fonte: IBGE

Subocupação também é recorde

Segundo o IBGE, o número de subocupados por insuficiência de horas também registrou recorde na série histórica da pesquisa, chegando a 7 milhões em outubro. Na comparação com o trimestre anterior, quando já havia sido registrado recorde, aumentou em 418 mil o número de trabalhadores nesta condição.

"O aumento da ocupação e a queda na desocupação não foram suficientes para derrubar de forma efetiva a subutilização da força de trabalho. A expectativa que se tem é que o aumento da ocupação diminuísse essa subutilização", afirmou Azeredo.

Na comparação com outubro do ano passado, a ocupação aumentou em 1,4 milhão de pessoas e a desocupação caiu em 400 mil, enquanto a subutilização aumento em quase 700 mil. "Ou seja, as pessoas até conseguem entrar no mercado de trabalho, mas trabalhando menos de 40 horas semanais".



Taxa de desemprego tem 7ª queda seguida: e eu com isso?

Falta emprego para 27,2 milhões

Apesar da queda na desocupação, o número de desempregados no país segue quase o dobro do registrado em janeiro de 2014, quando o Brasil tinha 6.258 desocupados – o menor contingente de trabalhadores nesta condição já observado no país desde que o IBGE deu início à PNAD.

De acordo com o IBGE, 27,2 milhões de brasileiros seguem subutilizados - 400 mil a menos que no trimestre imediatamente anterior, o que o instituto considera estabilidade. Já na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, esse contingente aumentou em quase 700 mil pessoas (eram 26,6 milhões em outubro de 2017, um crescimento de 2,6%).

O grupo de trabalhadores subutilizados reúne os desempregados, aqueles que estão subocupados (menos de 40 horas semanais trabalhadas), os desalentados (que desistiram de procurar emprego) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

O número de desalentados recuou 1,8% na comparação com o trimestre anterior, mas cresceu 10,6% em 1 ano (455 mil pessoas a mais), reunindo um total de 4,7 milhões de brasileiros.

Veja quantos estavam na condição de subutilização no trimestre encerrado em outubro:

- **12,4 milhões de desempregados:** pessoas que não trabalham, mas procuraram empregos nos últimos 30 dias (no 2º trimestre, eram 13 milhões);
- **7 milhões de subocupados:** pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais (no 2º trimestre, eram 6,5 milhões);
- **8 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham** (força de trabalho potencial; no trimestre terminado em julho, eram 8,1 milhões): grupo que inclui **4,7 milhões de desalentados** (que desistiram de procurar emprego) e outras **3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade** por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos.

Renda estagnada

Os números do IBGE mostram ainda que a renda do brasileiro segue estagnada. No trimestre encerrado em outubro, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas ficou em R\$ 2.230 ante R\$ 2.228 no trimestre anterior. Há 1 ano, estava em R\$ 2.221.

A renda média do brasileiro segue muito próxima do menor valor da série, registrado no começo de 2012 (R\$ 2.129). A máxima foi registrada em 2014 (R\$ 2.245).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado de fundos imobiliários deve ganhar mais fôlego em 2019, diz gestor da Hedg

Veículo: Investing.com

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Ações

Página: Online

Link: <https://br.investing.com/news/stock-market-news/mercado-de-fundos-imobiliarios-deve-ganhar-mais-folego-em-2019-diz-gestor-da-hedg-619921>

Mercado de fundos imobiliários deve ganhar mais fôlego em 2019, diz gestor da Hedg



Ações | 6 horas atrás (29.11.2018 09:58)

Compartilhe no LinkedIn



© Reuters. Mercado de fundos imobiliários deve ganhar mais fôlego em 2019, diz gestor da Hedge

Arena do Pavini - Depois de quatro anos com poucas ofertas, o mercado de fundos imobiliários voltou a crescer este ano e, em 2019, pode superar o recorde de 2012, quando os lançamentos alcançaram R\$ 14 bilhões, acompanhando a retomada da economia e as taxas de juros ainda baixas, diz André Freitas, sócio da gestora especializada em ativos alternativos Hedge Investments. Segundo ele, as ofertas de fundos imobiliários no mercado neste ano já somam R\$ 10,2 bilhões e há mais R\$ 2 bilhões para serem lançados, o que elevará o total para R\$ 12 bilhões, superando os R\$ 10,5 bilhões de 2013 e perto do recorde de 2012. “No ano que vem, vamos ultrapassar esse recorde”, diz Freitas, que espera um crescimento de 20% nas ofertas, o que levaria o total para perto de R\$ 15 bilhões.

A Hedge é uma gestora independente de ativos alternativos focada em imóveis, ou real estate. Do total de R\$ 2,6 bilhões sob gestão, R\$ 2,2 bilhões são fundos imobiliários ou carteiras administradas de imóveis. O restante são aplicações no mercado de commodities por meio do fundo multimercado Hedge Commodities, que deu origem à gestora.

Os fundos imobiliários atraem investidores pessoas físicas pois, além do lastro em imóveis, o rendimento distribuído dos aluguéis é isento de imposto de renda. As cotas são vendidas em bolsa e a aplicação tem de ser feita por meio de uma corretora de valores.

Ciclo de alta dos aluguéis de 30% a 50%

Segundo ele, a expectativa é que a recuperação da economia reduza a vacância dos imóveis comerciais e provoque um aumento dos preços dos aluguéis. “Estamos começando um novo ciclo de recuperação dos preços, e que vai levar a um aumento real nos preços dos aluguéis de 30% a 50% nos próximos cinco anos”, diz. Ele lembra que, nos dois ciclos anteriores de retomada, os aumentos foram de 50% e 70%, respectivamente. Mas a alta deve ser gradual, já que esse ciclo começa com um número de unidades vagas ainda alto.

Volta de fundos de tijolo

O volume de novas construções também é baixo e tende a aumentar à medida que os preços se recuperarem. “Nos últimos anos, a maioria dos fundos imobiliários não foi de tijolo, mas de papel, como Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), ou fundos de fundos, pois não havia novas construções, até porque os preços dos aluguéis não compensavam novos empreendimentos”, lembra. Agora, com a perspectiva de aluguéis e preços se recuperando, os projetos e os fundos imobiliários de “tijolo” devem voltar. “Devemos ter uma onda de entregas em 2022, considerando que um projeto imobiliário costuma levar cinco anos para ser concluído”, diz.

Condições favoráveis

Vários fatores favorecem a retomada dos fundos imobiliários, avalia Freitas. A inflação está comportada, em torno de 4,20% ao ano, mesmo com a alta do petróleo e da energia. Para o ano que vem, portanto, as pressões de tarifas devem ser menores, liberando mais renda da população e permitindo maior consumo. E a economia tem ainda muita capacidade ociosa para crescer sem inflação, o que manterá os juros baixos. “E os bancos estão querendo emprestar mais, então se houver uma melhora da confiança, a retomada pode ser forte”, diz. A incerteza é com a realização das reformas estruturais que vão garantir o ajuste fiscal e a estabilidade da inflação, e que dependem do Congresso, lembra Freitas. Sem elas, a melhora pode ser temporária apenas.

As pechinchas no mercado de fundos imobiliários hoje, porém, são menores. A relação entre os preços dos fundos imobiliários na bolsa e seus ativos, que chegou a 60% em janeiro de 2016, hoje está mais ajustada, em torno de 100% do valor. Os ganhos maiores, portanto, estarão no curto prazo nos aluguéis dos imóveis.

Shoppings devem ser beneficiados

Freitas espera que a retomada da economia beneficie principalmente os shopping centers. Há um duplo vetor no ciclo de recuperação que favorece os shoppings, diz o executivo. Há a recuperação do consumo, com o aumento das vendas, e a perspectiva de recuperação dos preços do mercado imobiliário, que permite a alta dos aluguéis cobrados dos lojistas. “Nos últimos anos, com a crise, não foi possível nem repassar a inflação para os aluguéis”, lembra. Agora a tendência é de melhora. “O último trimestre deste ano já está sendo muito bom para o comércio”, diz.

Os shoppings centers são hoje a principal aposta da Hedge, explica Freitas. A casa fez a gestão de quatro fundos que investem em 11 shoppings. Entre eles estão o Brasil Shopping, o West Plaza e o Praça da Moça.

A estratégia da casa vem mudando nos últimos anos. Durante a crise, a opção foram os fundos de fundos, que compravam cotas das carteiras que estavam desvalorizadas no mercado, e fundos de recebíveis, ou seja, de papéis. Agora, a recuperação da economia favorece inicialmente os shoppings.

Cenário diferente dos EUA

O gestor não acredita em grande desvalorização desses ativos por conta do comércio eletrônico. “O tipo de shopping que está sofrendo nos EUA é um que não temos no Brasil, o de grandes centros comerciais apenas, em lugares distantes das cidades”, diz. No Brasil, o modelo é mais misto, com lojas, mas muito lazer e serviços, como praças de alimentação, restaurantes e cinemas e teatros.

Há ainda shoppings já trabalhando com a convergência do comércio eletrônico, oferecendo a opção do comprador online retirar a mercadoria na loja ou como show room para o comprador ver o produto antes de comprar. “Hoje, a área de alimentação de um shopping já representa 30% da receita, os cinemas não são mais uma ou duas salas, mas mais de dez”, diz. Segundo Freitas, pesquisas mostram que 40% das pessoas vão para os shoppings não pensando em comprar nada. Já a receita de estacionamento, que sustentou os shoppings durante a crise, tende a cair com o menor uso de carros.

A oferta de novos shoppings também tende a ser menor nos próximos anos, o que valorizaria o estoque atual. Em 2013, o total de lançamentos de novas unidades equivalia a 13% do total já existente. Para 2019, a projeção é de 1% de ampliação sobre 2018.

Já as lajes corporativas, prédios voltados para empresas, ainda têm muita oferta, mas a vacância está diminuindo, especialmente em São Paulo, onde o mercado mais sofisticado, o chamado “triplo A”, sofreu menos durante a crise. “Estamos analisando e devemos investir também em lajes, contando com a retomada da economia”, diz. Outro foco podem ser fundos de logística e de CRI. “Não tem nada em andamento, mas queremos estar presentes, e vemos a retomada começando com shoppings, que recuperam rápido, depois lajes ‘triplo A’ e depois CRI”, diz.

Cotas dos fundos atrás da NTN-B

Ele espera que as cotas dos fundos melhorem nos próximos meses. “O índice da bolsa que acompanha as cotas, o Ifix, normalmente acompanha o desempenho das NTN-B do Tesouro, que refletem o juro real longo, e neste ano o índice subiu 2,77%, enquanto as NTN subiram 10,81%, então tem espaço para as cotas subirem”, diz.

Freitas é um pioneiro da gestão de ativos alternativos. Ele começou na em 1983 na corretora Hedging, que depois se tornaria a corretora Hedging Griffo, em 1986, especializada em commodities. A corretora deu origem em 1993 a uma das primeiras gestoras independentes de recursos e ao fundo Verde, em 1997, o primeiro fundo genuinamente de commodities, que aplicava em contratos futuros de [café](#), [soja](#), boi e ouro. O Verde depois se tornou o maior multimercado do país sob comando de Luis Stuhlberger.

Com os ativos financeiros ocupando todo o espaço da carteira do Verde, Freitas criou outro fundo, o Hedge, nos anos 2000, para continuar investindo em commodities. O fundo foi o embrião da nova gestora, quando parte da equipe da Hedging Griffo deixou a instituição após a venda para o Credit Suisse. Em 2016, Freitas saiu também do CS e comprou o controle da Hedge, transformando-a em uma casa de ativos alternativos, hoje voltada especialmente para fundos imobiliários, mas ainda com o fundo de commodities Hedge.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Índice que regula aluguéis tem inflação negativa de 0,49% em novembro

Veículo: Agência Brasil

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/indice-que-regula-alugueis-tem-inflacao-negativa-de-049-em-novembro>

Economia

Índice que regula aluguéis tem inflação negativa de 0,49% em novembro

Publicado em 29/11/2018 - 09:36 Por Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

Depois de ter fechado outubro com alta de 0,89%, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) despencou em novembro, ao fechar com deflação (inflação negativa) de 0,49%, uma retração de 1,38 ponto percentual em relação a outubro.

Os dados foram anunciados hoje (29), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre - FGV). A queda de outubro para novembro reflete retração nos preços dos três componentes que integram o IGP-M.



Índice que reajusta aluguéis teve deflação de 0,49% em novembro, mas acumula alta de 8,71% este ano (Arquivo/Wilson Dias/Agência Brasil)

Com o resultado de novembro, o índice acumulado no ano apresenta alta de 8,71%, enquanto a taxa dos últimos 12 meses (inflação anualizada) teve alta de 9,68%. Em novembro do ano passado, o índice havia subido 0,52% e acumulava queda de 0,86% em 12 meses.

A maior pressão para a deflação do IGP-M em novembro foi decorrente do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que tem peso de 60% na composição do IGP-M, e saiu de uma alta de 1,11% em outubro para uma deflação de 0,81% em novembro – uma desaceleração de preços que chegou a quase 2 pontos percentuais (1,92%).

Preços ao Consumidor

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% na composição do IGP-M, encerrou novembro com variação de 0,09%, resultado 0,41 ponto percentual menor que a taxa de outubro.

Todas as classes de despesa componentes do índice registraram recuo em suas taxas de variação, com a principal contribuição partindo do grupo Transportes (1,06% para -0,10%).

Nesta classe de despesa, destaca-se o comportamento do item gasolina, cuja taxa passou 3,49% para -1,10%.

Também apresentaram recuo em suas taxas de variação os grupos Habitação (0,04% para -0,65%), Educação, Leitura e Recreação (0,63% para 0,37%), Vestuário (0,57% para 0,27%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,48% para 0,36%), Comunicação (0,17% para 0,14%), Alimentação (0,70% para 0,68%) e Despesas Diversas (0,07% para 0,05%).

Edição: Kleber Sampaio

Tags: IGP-M, ALUGUÉIS, INFLAÇÃO, DEFLAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado imobiliário vive melhor momento desde maio de 2015

Veículo: R7

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://noticias.r7.com/economia/mercado-imobiliario-vive-melhor-momento-desde-maio-de-2015-29112018>

Mercado imobiliário vive melhor momento desde maio de 2015

Radar Abrainc-Fipe atribui a melhora do setor às melhoras do crédito imobiliário e ambiente setorial

ECONOMIA

Alexandre Garcia, do R7

© 29/11/2018 - 05h00



A-

A+



Mercado imobiliário recebeu atingiu nota 5 no radar

Rodrigo de Oliveira/Caixa - 3.6.2016

As condições do mercado imobiliário melhoraram no terceiro trimestre de 2018 e atingiram o melhor patamar desde maio de 2015, segundo informações do Radar Abrainc-Fipe, indicador que representa um termômetro do segmento no Brasil.

De acordo com o levantamento, a nota média do setor entre os meses de julho e setembro foi de 5 em uma escala que varia de 0 a 10. A marca havia sido registrada pela última vez em abril de 2015, antes do aprofundamento da crise nacional.

Caixa reduz juros e aumenta limite para financiar imóvel usado

Os dados apontam que a melhoria do setor foi ocasionada pelos avanços nos indicadores de crédito imobiliário e ambiente setorial. O resultado positivo dos segmentos foram fruto das condições de oferta de crédito e expansão significativa dos lançamentos residenciais, respectivamente.

A Abbrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) afirma que, em uma análise mais ampla, é possível "evidenciar sinais de recuperação em quase todas as dimensões monitoradas" pelo indicador.

Saiba como usar o FGTS para a compra da casa própria

O desempenho do terceiro trimestre foi positivo nos indicadores de ambiente macro, crédito imobiliário e ambiente setorial. Por outro lado, a busca pelos novos empreendimentos segue baixa. Segundo o radar, o dado é fruto da "lenta retomada dos níveis de emprego e de renda na economia brasileira".

Parceria entre a Abbrainc e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o radar é produzido a partir de dados do BC (Banco Central), da FGV (Fundação Getulio Vargas) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mourão diz que governo vai dar garantias para obras de infraestrutura

Veículo: Agência Brasil

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/11/29/internas_economia,722316/mourao-diz-que-governo-vai-dar-garantias-para-obras-de-infraestrutura.shtml

Mourão diz que governo vai dar garantias para obras de infraestrutura

Vice-presidente eleito sugere dólar médio para que empresas não tenham riscos com a flutuação cambial e recebam compensação caso a moeda dispare

SK Simone Kafruni

Postado em 29/11/2018 13:36



(foto: Ed Alves/CB/D.A Press)

Grandes obras de infraestrutura terão seguro contra a flutuação cambial, disse, nesta quinta-feira (29/11), o vice-presidente eleito, General Hamilton Mourão. Presente no evento Diálogos Infra, a estratégia do novo governo para infraestrutura, realizado na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mourão destacou que uma das prioridades será simplificar a regulação e dar garantias ao setor privado para atrair investimentos.

“O dólar flutua demais, então, uma ideia é estabelecer um dólar médio, digamos R\$ 3,50, e, quando atingir R\$ 3,70, o governo compensa a empresa. Isso seria usado para construção, de uma forma que o parceiro privado tenha alguma garantia já que vai entrar no capital de risco”, afirmou. O mecanismo seria aplicado em obras de grande porte contratadas também com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

“Vamos buscar garantias, um exemplo é esse, do dólar médio, não significa que ele será usado. É a minha visão. Vamos ver o que o ministro (da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas) vai fazer”, explicou. Mourão afirmou que o futuro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) será definido pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, e quem vai definir os projetos prioritários será o ministro de Infraestrutura.

Mourão também reiterou que a Petrobras não será privatizada. “Isso já foi dito várias vezes”, afirmou. Para o vice-presidente eleito, os órgãos de controle têm que se adiantar aos problemas das obras de infraestrutura. “Em vez de deixar a licitação partir com erros, é preciso intervir antes que ocorram. No Exército, passamos a fazer isso. As setoriais ficam analisando a documentação e, no momento em que percebem algo errado, ligam para o ordenador de despesa e mandam parar o processo”, exemplificou.

No diálogo com as entidades de engenharia que organizaram o evento na ANTT, Mourão afirmou que é preciso simplificar a legislação para que todos a entendam. “Hoje as empresas têm um número enorme de profissionais e advogados para poder entender a legislação”, disse.

Primeiros passos

Mourão elencou como serão os primeiros passos do novo governo. “O Estado enfrenta uma grave crise fiscal e precisa se reinventar. Buscar uma forma para investir e dar à sociedade o que ela precisa. O Estado está sendo pressionado para resolver isso”, ressaltou.

Os fundamentos econômicos que vão nortear o próximo governo, conforme Mourão, serão: disciplina fiscal; reforma tributária; liberalização financeira e abertura comercial, de forma lenta gradual e segura; investimentos estrangeiros desde que sejam capital de risco; privatização; e desregulamentação do país. “Temos que soltar o animal”, brincou.

O vice-presidente afirmou que é preciso acelerar a velocidade no registro de propriedade intelectual no país e criar um centro de governo para que todos os projetos sejam monitorados, com índices e metas a serem cumpridos. “É preciso virtualizar e digitalizar o governo, que ainda trabalha com processos físicos. Não há certificação digital. Ainda tramita papel na Esplanada. Temos que mudar isso com urgência”, disse.

Segurança jurídica, transparência e publicidade em todos os atos do governo também serão diretrizes, assegurou Mourão. “O governo eleito tem plena consciência da situação em que se encontra a infraestrutura do país. Ela parou. As grandes obras ainda são da era militar e, de lá para cá, pouca coisa foi feita”, afirmou. “As obras de arte começam a apresentar problemas, por falta de manutenção ou porque são superadas pelo tempo. Somos reféns do transporte rodoviário. Temos de nos voltar para outros modais”, acrescentou.

Mourão ainda reiterou o compromisso de Jair Bolsonaro com “democracia, liberdade e justiça para todos”. “Fora disso não há futuro, não há Brasil. Temos uma visão comum de que o país precisa se libertar das amarras para que, daqui a quatro anos, possamos ter boas escolas, bons hospitais, condições de circular sem medo e com emprego e renda para vivermos com dignidade”, completou.

Tags #mourão #bolsonaro #infraestrutura #obras

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Taxa de desemprego fica em 11,7% no trimestre até outubro, revela IBGE

Veículo: Correio Brasiliense

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/11/29/internas_economia,722242/taxa-de-desemprego-fica-em-11-7-no-trimestre-ate-outubro-revela-ibge.shtml

Taxa de desemprego fica em 11,7% no trimestre até outubro, revela IBGE

Em igual período de 2017, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,20%. No trimestre encerrado em setembro, a taxa era de 11,90%

AE Agência Estado

postado em 29/11/2018 10:05 / atualizado em 29/11/2018 12:39



 (foto: Ana Carneiro/Esp. CB/D.A Press)

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 11,7% no trimestre encerrado em outubro, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta quinta-feira (29/11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado veio igual à mediana das estimativas (11,7%), calculada a partir das expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que estimavam uma taxa de desemprego entre 11,60% e 12,00%.

Em igual período de 2017, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,20%. No trimestre encerrado em setembro, a taxa era de 11,90%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.230 no trimestre terminado em outubro. O resultado representa alta de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 201,964 bilhões no trimestre encerrado em outubro, alta de 1,9% ante igual período do ano anterior.

O país tinha 12,351 milhões de pessoas em busca de emprego no trimestre encerrado em outubro deste ano. Apesar do patamar elevado de desemprego, houve melhora em relação a igual período do ano anterior, segundo Pnad Contínua).

Há menos 389 mil desempregados em relação a um ano antes, o equivalente a um recuo de 3,1%.

O total de ocupados cresceu 1,5% no período de um ano, o equivalente à criação de 1,356 milhão de postos de trabalho. O contingente de inativos avançou 0,9%, 611 mil pessoas a mais nessa condição.

Como consequência, a taxa de desemprego passou de 12,2% no trimestre até outubro de 2017 para 11,7% no trimestre encerrado em outubro de 2018, o menor patamar desde o trimestre encerrado em julho de 2016, quando estava em 11,6%.

O nível da ocupação, que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, foi estimado em 54,5% no trimestre até outubro deste ano, ante 53,9% no trimestre até julho. No trimestre até outubro do ano passado, o nível de ocupação era de 54,2%.

Ganho de postos

O País ganhou 1,240 milhão de novos postos de trabalho em apenas um trimestre, enquanto 517 mil pessoas deixaram o contingente de desempregados.

A criação de vagas no trimestre encerrado em outubro em comparação ao trimestre terminado em julho superou o total de pessoas que deixaram de procurar emprego no período, puxando a taxa de desemprego para baixo, mesmo sem a ajuda do aumento da população inativa.

A taxa de desemprego passou de 12,3% no trimestre terminado em julho para 11,7% no trimestre encerrado em outubro.

No mesmo período, 383 mil pessoas deixaram a inatividade, ou seja, optaram por voltar à força de trabalho. A população inativa totalizou 65,108 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro.


Massa salarial

A massa de salários em circulação na economia cresceu R\$ 3,785 bilhões no período de um ano, para R\$ 201,964 bilhões, uma alta de 1,9% no trimestre encerrado em outubro de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, puxada pelo aumento no número de pessoas trabalhando.

Na comparação com o trimestre terminado em julho deste ano, a massa de renda real subiu 1,4%, com R\$ 2,764 bilhões a mais. No mesmo período, 1,240 milhão de postos de trabalho foram criados.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve ligeira alta de 0,1% na comparação com o trimestre até julho, R\$ 2 a mais. Em relação ao trimestre encerrado em outubro do ano passado, a renda média subiu 0,4%, para R\$ 2.230, R\$ 9 a mais que o salário de um ano antes.

Tags #pnad contínua #ibge #desemprego



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Taxa de desemprego cai para 11,7% em outubro diz IBGE

Veículo: Agência Brasil

Data: 29.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia


Página: Online

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/taxa-de-desemprego-cai-117-em-outubro-diz-ibge>

Economia

Taxa de desemprego cai para 11,7% em outubro, diz IBGE

Pais ainda tem 12,4 milhões de pessoas sem emprego

Publicado em 29/11/2018 - 10:00 Por Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil  *Rio de Janeiro*

A taxa de desocupação fechou o trimestre móvel no mês de outubro em 11,7%, caindo 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (maio/julho), quando a taxa foi 12,3% - confirmando que o desemprego continua em queda no país.

Ainda assim, o país fechou o trimestre móvel encerrado em outubro com uma população de 12,4 milhões de pessoas desempregadas, número que, no entanto, registra 4% inferior ao do trimestre encerrado em julho - menos 517 mil pessoas sem emprego.

As informações foram divulgadas hoje (29), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da pesquisa nacional por amostra de domicílio - Pnad Continua. Em relação ao mesmo trimestre móvel de igual período do ano passado, quando a taxa de desemprego estava em 12,2%, com queda de -0,5 ponto percentual.

Os dados do IBGE indicam que a população ocupada no final de outubro chegava a 92,9 milhões, um aumento de 1,4% (mais 1,2 milhão de pessoas) em relação ao trimestre de maio a julho deste ano; e mais 1,5% (1,4 milhão de pessoas) na comparação com o trimestre de agosto a outubro de 2017.

Segundo a pesquisa, as 12,4 milhões de pessoas que integravam a população desocupada no trimestre móvel encerrado em outubro representava uma queda de 4,0% (menos 517 mil pessoas) frente ao trimestre de maio a julho de 2018. No confronto com igual trimestre de 2017, houve redução de -3,1% (menos 389 mil pessoas).

Taxa de subutilização

Uma análise detalhada da Pnad Continua mostra que a taxa de subutilização e de pessoas desalentadas continua apontando relativa estabilidade, o que reforça a tese de que o desemprego vem caindo em decorrência da informalidade.

A taxa de subutilização da força de trabalho, por exemplo, que ficou em 24,1% no trimestre de agosto a outubro, caiu apenas 0,4 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, quando estava em 24,5%. Em relação ao mesmo trimestre de 2017, o quadro foi de estabilidade (23,8%).

O mesmo ocorreu em relação à população subutilizada que ficou estável em 27,2 milhões, em comparação ao trimestre de maio a julho deste ano (27,6 milhões). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (26,6 milhões), esse grupo cresceu 2,6% (mais de 696 mil pessoas).

Já o número de pessoas desalentadas fechou o trimestre móvel encerrado em outubro em 4,7 milhões, também ficando estável em relação ao trimestre maio a julho, mas chegando a subir 10,6% em relação ao mesmo trimestre de 2017, quando haviam 4,7 milhões de pessoas nestas condições – 4,3% da força de trabalho.

O número de empregados no setor privado com carteira assinada foi de 32,9 milhões de pessoas, ficando estável em ambas as comparações.

Matéria ampliada às 10h39.

Edição: Valéria Aguiar

Tags: DESEMPREGO, IBGE, PNAD CONTÍNUA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Teto de gastos restringe investimentos na área, diz CBIC

Veículo: Valor Econômico

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia & Negócios

Página: Online

Link: <https://www.valor.com.br/brasil/6002799/teto-de-gastos-restringe-investimentos-na-area-diz-cbic>

28/11/2018 às 05h00

Teto de gastos restringe investimentos na área, diz CBIC

Por Fernanda Pires e Estevão Taiar | De São Paulo



A retomada da infraestrutura passa necessariamente pela revisão do teto de gastos públicos, regra que impede a ampliação dos investimentos além da variação da inflação de um ano para o outro, disse o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "O Estado perdeu a capacidade de investimento. Enquanto tiver a PEC do teto de gastos, você terá um problema sério", disse ontem no fórum de infraestrutura "E agora, Brasil?", promovido pelo **Valor** e pelo jornal "O Globo" na M&T Expo, feira de máquinas e equipamentos que ocorreu em São Paulo.



José Carlos Martins, da CBIC: "Enquanto tiver a PEC do teto de gastos, você terá um problema sério"

O limitador dos investimentos é especialmente ruim diante das necessidades superlativas do Brasil para fechar o fosso que separa o país do século XXI. Segundo Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, o Estado precisa investir 4% do PIB por 20 anos para modernizar a infraestrutura básica. Segundo ele, não está incluída nesse cálculo a infraestrutura de fronteira, "que custaria muito mais, de 8% a 9% do PIB por 15 a 20 anos". Neste ano o Brasil deve encerrar com um percentual bem menor do PIB investido: 1,7%. A previsão para 2019 é de 1,6%.

>> **Leia mais:** [Vamos retomar obras e acelerar concessões, diz futuro ministro](#)

"O novo governo tem ambições muito maiores. Se ele conseguir chegar ao fim do mandato em 4% do PIB, já será um esforço colossal e tem de fazer tudo certo", disse Frischtak.

O estoque de infraestrutura do Brasil caiu nos últimos 30 anos, segundo dados apresentados pelo consultor. Nos anos 80, era de quase 60% do PIB, considerado ideal. Em 2017, foi de 36%. Os maiores hiatos são nas áreas de saneamento e transportes. "Era outra época, em que o Estado comandava, planejava e investia. Essa época passou, teve leve retomada no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e foi um desastre. A execução pelos entes públicos infelizmente é falha por uma série de circunstâncias, e acho que vamos ter de mudar esse modelo. O problema não é só investir mais, mas investir melhor", disse Frischtak.

A melhora da infraestrutura depende de um receituário de medidas amplamente conhecidas, disse. Envolve planejamento de longo prazo do Estado, e não de governo; aumento do investimento privado; segurança jurídica; reforma e autonomia das agências reguladoras; melhora da regulação existente; financiamento; privatização das estatais; melhor utilização do BNDES, cujos presidentes não têm mandato, e do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) - no qual há mandato, mas falta pessoal. Mas não só.

Uma das principais críticas da iniciativa privada é o papel atualmente desempenhado pelos órgãos de controle. "O Tribunal de Contas está se tornando um grande gestor, está gerindo junto com a gente", afirmou Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). A associação representa os TUPs, terminais instalados em área própria, que ficam fora dos portos públicos. Não são, portanto, concessionários de ativos da União. Segundo Barbosa, contudo, as regras definidas pelo TCU para que a agência reguladora de transportes aquaviários (Antaq) aplique aos terminais arrendatários de áreas públicas respingam nos TUPs.

No caso da construção pesada, diz Martins, o órgão de controle "tem de resolver preço, prazo e qualidade. Hoje, está sem responsabilidade da entrega porque o trabalho está focado no meio, e não no fim".

Martins defendeu ainda a mudança do modelo de contratação de construtoras pesadas, sob pena de acontecer novamente um processo de cartelização desvendado pela Lava-Jato. "O modelo foi feito para poucas. Se for mantido, só mudarão os atores e talvez voltemos a ter o mesmo problema, que é a concentração do mercado", disse. Martins questionou a razão de o governo licitar lotes de rodovias extensos, com mais de mil quilômetros, que poucas empresas conseguem atender, em vez de fatiá-los.

Um cenário criticado pela Cbic seria o governo abrir de forma indiscriminada o setor para estrangeiros. "Não dá para vir alguém de fora financiar, trazer o capital e seu fornecedor a tiracolo. Não dá para sermos novamente colonizados, tem de vir aqui em igualdade de condições."

Martins se reunirá amanhã com o vice-presidente eleito da República, general Hamilton Mourão, para expressar apreensão com os planos do novo governo para o setor. "Temos uma preocupação muito grande" com a falta de indicações mais claras sobre as ideias do governo eleito para o segmento, disse Martins, antes de saber da indicação de Tarcísio Freitas para o Ministério da Infraestrutura. Para ele, o governo não pode ficar preso à agenda do ajuste fiscal.

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes, defendeu que Bolsonaro mantenha a atual política para o setor. Paes destacou principalmente a necessidade de dar continuidade a projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), mencionando os leilões da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

A grave crise fiscal, no entanto, não deixa alternativa que não seja justamente a manutenção do modelo de parcerias com a iniciativa privada, de acordo com o executivo. "Não existe outra solução. Os investimentos do setor ferroviário estão decaindo porque estamos na última perna dos contratos. Se não houver renovação das concessões atuais, extensões de prazo, esses investimentos não vão acontecer."

Também o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Jorge Bastos, defendeu as prorrogações antecipadas das concessões ferroviárias para deslançar investimentos em vez de esperar o fim do contrato para reliciar o ativo. "Não dá para ficar esperando oito anos", disse, numa referência à data-limite de algumas concessões. Bastos mostrou preocupação com uma eventual extinção da empresa durante o mandato de Bolsonaro. "A EPL é muito mais do que a empresa do trem de alta velocidade, ela é fundamental para o desenvolvimento do país", disse, citando o projeto mais famoso da companhia.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Seminário debate ética e compliance em Cuiabá

Veículo: CBIC Hoje

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC-HOJE-28.11.2018.pdf>

Seminário debate ética e *compliance* em Cuiabá



Cuiabá (MT) recebe nesta terça (4/12) o Seminário Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz. Promovido pela CBIC e pelo Sesi Nacional, o evento reunirá empresários do setor da construção para discutir assuntos como fortalecimento dos mecanismos de controle interno e modernização dos marcos regulatórios de gestão.

O seminário ocorrerá na sede Sindicato da Indústria da Construção do Mato Grosso (MT), de 14h às 18 horas.

A programação inclui palestras e debates, com o objetivo de disseminar ferramentas para o fortalecimento de mecanismos internos de controle, além de indicar normas de conduta para combater a prática de desvios. Os painéis contarão com importantes nomes da área:

- **Leonardo Barreto** – Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em comportamento eleitoral e instituições políticas
- **Marcus Antônio de Souza Brito** – Secretário Controlador-Geral do Município de Cuiabá
- **Andréa Cristiane da Silva** - Gerente de Controle Interno da Plaenge
- **Eliana Calmon** – Jurista e Ministra aposentada do Superior Tribunal de Justiça - STJ

Durante o evento, a CBIC apresentará o Guia de Ética & Compliance da Construção Civil. O documento aborda as mais atuais premissas e ações de compliance, alinhadas a padrões internacionais, que servem de referência e sugestão para entidades do setor e empresas associadas na formulação e implantação de políticas de integridade.

O projeto foi desenvolvido em correalização com o Sesi Nacional e oferece material inédito:

- Guia referencial de ética
- Guia de compliance e representação política – incluindo a Lei Anticorrupção comentada
- Código de conduta concorrencial para a construção civil
- Manual de avaliação de risco de corrupção nas empresas
- Cartilha com 12 ações consagradas no relacionamento com o poder público que podem estimular a prática de desvios

Para se inscrever no seminário, é necessário preencher um **formulário online**.

Seminário Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz

4 de dezembro (terça-feira)

Das 14h às 18h

No Sinduscon-MT - Centro Sindical da Fiemt - Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.193 - Bosque da Saúde, Cuiabá (MT)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC reitera apoio ao teto para o gasto público e defende melhores condições para que setor privado voltar a investir

Veículo: CBIC Hoje

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC-HOJE-28.11.2018.pdf>

CBIC reitera apoio ao teto para o gasto público e defende melhores condições para que setor privado voltar a investir



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reitera seu posicionamento em apoio à imposição de um teto para o gasto público, medida em vigor e essencial para a melhoria da gestão e redução do atual déficit fiscal brasileiro. Ao contrário do relatado em reportagem de veículo de imprensa nessa quarta-feira, a entidade é contra a revisão ou retirada do teto para o gasto público. "A imposição do teto restringe o investimento público e exige maior participação da iniciativa privada", reafirma José Carlos Martins, presidente da CBIC. Em fórum que discutiu infraestrutura na cidade de São Paulo nesta terça-feira (27/11), ele reiterou que, em decorrência da combinação do teto de gastos com a incapacidade dos governos proverem recursos para investimento, a recuperação da infraestrutura torna-se desafio ainda maior. "É um problema sério, que exige vontade política e caneta para criar as condições para atrair o capital e fazer o investimento que o país precisa".



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Confiança na indústria da construção é a maior dos últimos seis anos, diz pesquisa da CNI

Veículo: CBIC Hoje

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC-HOJE-28.11.2018.pdf>

Confiança na indústria da construção é a maior dos últimos seis anos, diz pesquisa da CNI



O Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEI-Construção) atingiu 60,7 pontos em novembro. Com o crescimento de 8,6 pontos em relação a outubro, o indicador alcançou o maior valor desde maio de 2012. As informações são da Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta quarta-feira, 28 de novembro, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O aumento do ICEI-Construção, que está acima da média histórica, de 52,9 pontos, mostra que melhorou a percepção dos empresários sobre as condições atuais dos negócios e da economia.

Mas os industriais estão especialmente otimistas em relação ao futuro. O indicador de condições atuais cresceu 6 pontos em relação a outubro e ficou em 49,5 pontos, muito próximo da linha divisória dos 50 pontos que separa a confiança da falta de confiança. O

Índice de expectativas aumentou 9,8 pontos frente a outubro e atingiu 66,5 pontos, mostrando que os empresários esperam a melhora dos negócios e da economia nos próximos seis meses. Os indicadores de confiança variam de zero a cem pontos. Quando estão acima dos 50 pontos mostram que os empresários estão otimistas.

Os demais indicadores de expectativas da pesquisa também ficaram acima dos 50 pontos, confirmando o otimismo do setor. Os índices mostram que os industriais esperam o aumento do nível de atividade, da contratação de novos empreendimentos e serviços e do número de empregados. “A definição do cenário eleitoral traz a perspectiva de mudança e de aprovação das reformas necessárias à recuperação da economia”, afirma a economista da CNI Dea Fioravante.

No entanto, os empresários continuam cautelosos com os investimentos em compras de máquinas e equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, inovação de produto e processo. O índice de intenção de investimento ficou em 32,5 pontos neste mês, mesmo valor de outubro, e está 1,1 pontos abaixo da média histórica, que é de 33,6 pontos. O índice de intenção de investimentos varia de zero a cem pontos. Quanto menor o índice, menor é a intenção de investimento.

Desempenho em outubro

O índice de utilização da capacidade de operação ficou em 59% em outubro, mesmo percentual registrado em setembro. Isso significa que a construção operou com 41% das máquinas, dos equipamentos e do pessoal parados no mês passado.

“As empresas de pequeno porte são as que operam com capacidade mais baixa, 54%. Já as de grande porte operam acima da média, com 61% da capacidade”, informa a pesquisa. Ou seja, nas pequenas empresa a ociosidade é de 46% e, nas grandes, de 39%.

O índice de evolução da atividade voltou a cair e ficou em 47,7 pontos, e o indicador de número de empregados ficou praticamente estável, em 44,9 pontos em outubro. Embora estejam acima do registrado em outubro de 2017, os dois indicadores continuam abaixo da linha divisória dos 50 pontos, mostrando queda na atividade e no emprego no setor.

“A recuperação da indústria da construção depende de um crescimento econômico mais robusto a ponto de os consumidores demandarem os serviços do setor. Além disso, políticas que facilitam o acesso a financiamentos de longo prazo tendem a estimular o setor”, diz Dea Fioravante.

Esta edição da **Sondagem Indústria da Construção** foi feita entre 1º e 14 de novembro com 569 empresas do setor. Dessas, 196 são pequenas, 248 são médias e 125 são de grande porte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Encontro em Brasília discute implementação do BIM na América Latina

Veículo: CBIC Hoje

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC-HOJE-28.11.2018.pdf>

Encontro em Brasília discute implementação do BIM na América Latina



Foto: MDIC

A consolidação da inovação no setor da construção terá impacto positivo para o desenvolvimento no Brasil. Foi demonstrando esta convicção que o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, participou da abertura do '2º Encontro BIM de Governos Latino-americanos: BIM na construção pública', na noite de terça-feira (27), no auditório de um hotel em Brasília.

“A indústria da construção está na firme determinação de ser o novo carro-chefe do desenvolvimento no Brasil. Da sua parte, o governo tem demonstrado que quer a participação do setor privado e tem criado mecanismos, iniciativas e políticas para os empreendedores seguirem nesse trabalho”, afirmou Martins, se referindo à Estratégia Nacional para Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR), lançada em maio deste ano pelo governo brasileiro, e que teve participação da CBIC em sua elaboração.

O evento, que segue até a quinta-feira (29), é dirigido a governos da América Latina interessados em implementar as metodologias e tecnologias BIM em suas obras. O objetivo é discutir o funcionamento e a governança de uma rede internacional sobre o modelo. Participam das discussões representantes de governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai.

A Modelagem da Informação da Construção ou Building Information Modelling (BIM) consiste em um conjunto de processos e tecnologias dedicados a aprimorar as práticas do setor, beneficiando tanto os contratantes quanto a indústria da construção.

O encontro é promovido pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e conta com o apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

A abertura do Encontro também contou com a presença do especialista Bilal Succar,

referência internacional no estudo e aplicação do BIM, que traçou um panorama sobre o tema no mundo hoje. Atualmente, ele desenvolve a pesquisa Avaliação de Nível de Macro Adoção do BIM em cinco países – Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e México. Uma iniciativa do BID e do MDIC, com o apoio da CBIC, o estudo se refere a um nível mais de amplo de adoção, atingindo não apenas um determinado segmento específico mas todas as atividades da indústria da construção em um país.

Ainda participaram o ministro Marcos Jorge (MDIC), o representante do BID no Brasil, Hugo Flores Timoran e o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Luiz Augusto Ferreira, além de integrantes de outras entidades ligadas ao tema.

Nesta quarta-feira (28), o evento contou com:

- Painel 'Oportunidades para Desenvolvimento do BIM na América Latina e Caribe', por Vandeleia Radaelli (BID);
- Recapitulação do primeiro encontro, realizado no Chile;
- Apresentações das comitivas sobre 'Avanços e Perspectivas Futuras para o BIM', no Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai, Colômbia e Costa Rica;
- Apresentação 'Panorama Global sobre BIM e matriz de maturidade', por Bilal Succar;
- 'Revisão e Construção de Padrões: o caso chileno'.

Para quinta-feira (29), estão previstas:

- Apresentação do 'Programa de Bienes Públicos Regionais', por Vandeleia Radaelli (BID);
- Apresentação de resultados da 'Pesquisa Objetivos e Atividades', por Pauline Henriquez (BID)
- Mesas de trabalho para validação de propostas de atividades sobre o 'Projeto de Bens Públicos Regionais'.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: TCU e CBIC debatem entraves a obras de infraestrutura no Brasil

Veículo: CBIC Hoje

Data: 28.11.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC-HOJE-28.11.2018.pdf>

TCU e CBIC debatem entraves a obras de infraestrutura no Brasil



Com o objetivo de melhorar o desenvolvimento de infraestrutura no país, ocorre nesta segunda-feira (3) a primeira edição regional do Diálogos TCU/CBIC. O encontro visa reunir representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para buscar soluções a entraves em obras nacionais.

O encontro será no auditório do Sindicato da Indústria da Construção do Paraná (Sinduscon-PR), em Curitiba, a partir das 13h30. Para se inscrever, é necessário preencher um **formulário online**.

A programação conta com três painéis. Cada um tem duração de uma hora, sendo 20 minutos para o TCU, 20 para a CBIC e 20 para os outros participantes. Os temas tratados têm interface com o projeto Melhoria da Competitividade e Ampliação de Mercado na Infraestrutura, iniciativa da CBIC e do SENAI Nacional.

Veja os assuntos previstos, indicados pelo Sinduscon-PR:

- **As especificidades das licitações por preço global e por preços unitários:** Com o assessor da Secretaria de Controle Externo do Pará, Nivaldo Dias Júnior; e o ex-presidente do Sinduscon-PR e conselheiro da CBIC, José Eugênio Gizzi
- **Orientações para reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, motivado pela elevação no preço dos insumos:** Com o dirigente da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, Rafael Carneiro Di Bello; e o presidente do Conselho Setorial da Construção Civil do Paraná, Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira Filho.
- **Jurisprudência sobre anulação ou modificação de aspectos do contrato por defeitos na licitação:** Com o coordenador-geral de Controle Externo de Infraestrutura do TCU, Nicola Espinheira da Costa Khoury; e o advogado Fernando Vernalha, do escritório VG&P Advogados.

Para o presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC (COP/CBIC), Carlos Eduardo Lima Jorge, o debate entre os dois órgãos é essencial. "A aproximação entre os auditores e a realidade das empresas e dos canteiros de obras joga luz sobre questões relevantes para o bom desenvolvimento dos projetos de infraestrutura", diz.

O encontro Diálogo TCU/CBIC é um importante vínculo produtivo criado nos anos de 2013 e 2014, quando foram realizados debates nas cinco regiões do País, nas cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Belém (PA).

Como resultado, foi atualizada a **Cartilha TCU – Manual de fiscalização de obras do País, denominado Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas**. O documento, vigente até hoje, unifica o entendimento do tribunal sobre os principais questionamentos do setor.

"As análises e discussões que caracterizam as edições do Diálogo TCU/CBIC são do interesse de quem executa, de quem contrata e de quem fiscaliza obras e serviços de Engenharia nos três níveis de governo", enfatiza Carlos Eduardo.

No mesmo dia, na parte da manhã, o Sinduscon-PR também receberá a **reunião da COP/CBIC**. Alguns assuntos na pauta são a nova lei de licitações e a retomada de obras paradas.

Diálogos TCU/CBIC

3 de dezembro (segunda-feira)

Das 13h30 às 17h

No Sinduscon-PR - Rua João Viana Seiler, 116 - Parolin, Curitiba - Paraná

Mais notícias

CBIC Hoje

[NEWSLETTER 28/11/2018 / EDIÇÃO 6188](#)

Em.com.br Economia

[Fabricantes apostam em programa de fidelidade para construção civil](#)

DCI

[Demanda de materiais de construção em infraestrutura deve ficar para 2020](#)

AGENDA

Novembro

27 e 29 | 1ª Feira do Polo Digital de Manaus

